



O FUTURO DA MINHA CIDADE

CBIC



CBIC





O FUTURO DA MINHA CIDADE



Manual de implantação do Conselho de Desenvolvimento da Cidade

Brasília, DF março de 2015

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)



Sumário

1 - Introdução - Por que pensar o futuro?	9
2 - Sociedade Civil Organizada: DNA para pensar o futuro	13
3 - Estudo de Caso: CODEM	17
Como funciona	20
Composição hierárquica e modelo de negócios	21
Principais projetos	21
Entidades parceiras	23
4 - O Futuro da Cidade: Como criar um Conselho da Sociedade Civil Organizada	25
Passo-a-Passo	28
1 - Sensibilização	29
2 - Mobilização	31
3 - Institucionalização	31
4 - Formalização	32
5 - Legalização	32
6 - Operacionalização	32
7 - Planejamento de longo prazo	33
Dicas para cidades prestes a iniciar o processo	34
Acompanhamento e Avaliação	35
4 - Cidades que receberam o evento	37
Joinville - SC	38
Goiânia - GO	41
Porto Velho - RO	42
São Gonçalo do Amarante - CE	45
5 - Modelos inspiradores	47





Introdução

**Por que pensar
o futuro?**




Introdução

Por que pensar o futuro?

Estamos presenciando o maior projeto da história da civilização humana: a urbanização do mundo. Pelo menos é o que defende o economista da New York University, Paul Romer. Criador do Urbanization Project, ele lidera uma equipe de pesquisas para levantar dados e indicadores que forneçam tendências desse processo de urbanização. Segundo Romer, a Revolução Industrial gerou uma espécie de “ex-

plosão” no mundo. Uma explosão de pessoas se mudando do campo para a cidade e de cidades crescendo em direção ao campo. Isso mudou a maneira como vivemos e existimos no mundo. Tornamo-nos uma espécie urbana: desde 2008 a maioria das pessoas do planeta mora em cidades. De lá para cá, a população das cidades segue crescendo e a do campo diminuindo.





“ Nosso maior desafio está em conectar esses dois mundos: o das soluções e o dos problemas. E isso só se faz com planejamento de longo prazo. ”

As consequências desse intenso processo de urbanização são diversas. Por um lado, nunca fomos tantos e tão conectados em escala global. E nunca tivemos tamanho conhecimento científico acumulado com acesso tão fácil. Mas as inovações e os saberes do século 21 convivem com carências do século 19, como saneamento básico e moradia digna. Nosso maior desafio está em conectar esses dois mundos: o das soluções e o dos problemas. E isso só se faz com planejamento de longo prazo. “O processo de urbanização do mundo ainda deve durar pelo menos mais um século. E temos aí uma janela de oportunidade para

criarmos cidades melhores no futuro”, defende Romer.

O futuro virá, estejamos preparados ou não. E, com ele, virão o crescimento e a multiplicação das cidades. Essas cidades serão lugares melhores ou piores de se viver? A resposta para essa pergunta está em nossas mãos, pois o futuro depende de como nos planejarmos para ele. Como enuncia o sociólogo Robert Park “A cidade é a tentativa mais bem sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos de seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo em que está condenado a viver daqui por diante”.





Sociedade
Civil Organizada:

**DNA para pensar
o futuro**



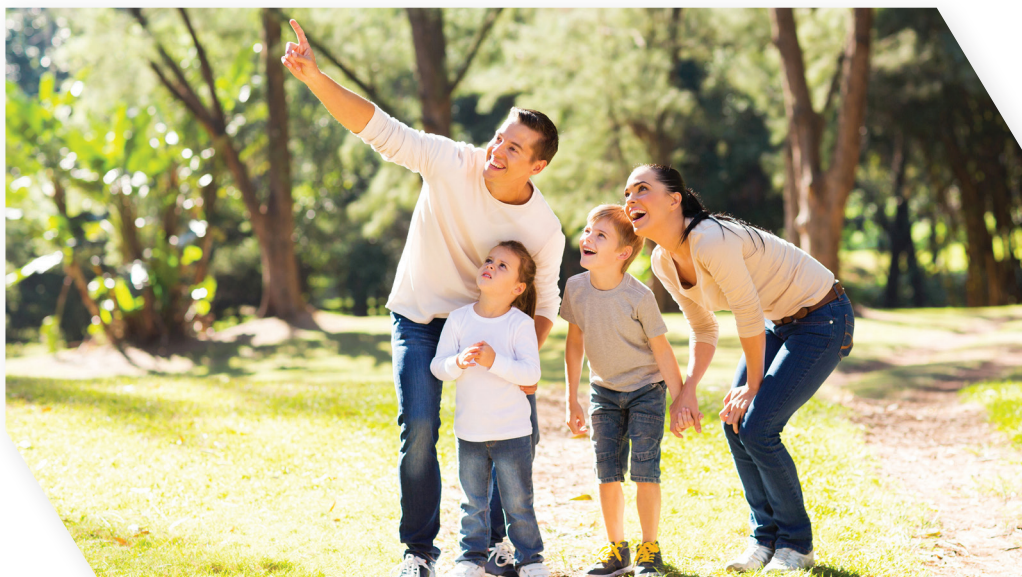
Sociedade Civil Organizada: **DNA para pensar o futuro**

A cidade é o lugar em que as pessoas buscam oportunidades. Para o urbanismo, oportunidade é tudo aquilo que faz as pessoas se moverem pela cidade, como estudos, trabalho, lazer, esportes, arte, passeios e encontrar outras pessoas. Quanto mais distribuídas e variadas forem as oportunidades do território de uma cidade, mais democrático será o acesso das pessoas a elas. O desafio é fazer isso de

maneira ordenada, para aliar essa distribuição e criação de oportunidades a uma cidade sem trânsito, com rios limpos, ruas seguras, áreas verdes, ar puro, opções diversas de lazer, enfim, uma cidade para as pessoas. E isso só é possível fazer com planejamento estratégico de curto e longo prazo.

Mas a quem cabe fazer esse planejamento? De todos os agentes





que moldam uma cidade, o que tem mais expertise e know how para planejar o futuro é o setor da **sociedade civil organizada** - as empresas e entidades. Isso porque elas possuem em seu DNA a necessidade de se planejar a longo prazo. Uma empresa ou entidade precisa conhecer o mercado, compreender as necessidades e os desejos de seu público e sempre se atualizar sobre as inovações tecnológicas que possam melhorar seu funcionamento. Todas essas habilidades precisam ser aprimoradas na escala da cidade.

Apenas com o **engajamento** da sociedade civil organizada é possível aliar a criação e diversificação de oportunidades em uma cidade com a priorização, em sua forma, e no seu funcionamento, do bem estar das pessoas. Um conselho que ative a sociedade civil organizada tem essa vocação de **planejar o futuro**, de forma a **organizar as escolhas** feitas **no presente**. Esse planejamento precisa ser feito levando em conta os **problemas** e os **potenciais** da cidade. Na prática, o conselho planeja e executa **eixos de oportunidades** que contemplem os interesses diversos das pessoas.



Foto: Assessoria de Comunicação/PMW



Catedral de Maringá, um dos pontos turísticos da cidade.

Estudo de Caso:

CODEM

Estudo de Caso:

CODEM



Foto: Assessoria de Comunicação/PMM

Vista aérea da cidade.

A cidade de Maringá, no Paraná, foi planejada por ingleses e fundada em 1947. Hoje com mais de 350 mil habitantes, exibe índices de desempenho impressionantes para uma cidade tão jovem. Com IDH 0,8 (23º do Brasil), ocupa o terceiro lugar do país em saneamento básico, o quinto no combate à mortalidade infantil, o 13º em geração de empregos e o 15º em exportação. Esses números são facilmente reconhecíveis em um passeio a pé pela cidade. Maringá é

agradável, arborizada, com calçadas regulares e espaçosas, diversa, construída na escala humana.

Mas Maringá não nasceu assim. A cidade passou por um processo de amadurecimento e organização da sociedade civil organizada na década de 90 que foi fundamental para sua história de sucesso. Naquela época, diante da perda do dinamismo econômico e com a visão de repensar o modelo de desenvolvimento, um



grupo de lideranças da sociedade civil (que incluía a ACIM, Fiesp, Lojas Maçônicas, Sindicatos e Associações) se reuniu para uma conversa sobre o futuro da cidade. Nasceu, em 1996, o movimento Repensando Maringá. Esse movimento fundou o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá, o CODEM, com a Lei Municipal nº 4275/96.

Art. 1º. Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM, com o caráter deliberativo e consultivo, para formular e fazer executar as políticas de desenvolvimento econômico, atuando nos termos desta Lei e do Regulamento a ser aprovado pelo plenário.

Art. 2º. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM terá ainda as seguintes atribuições: I - Buscar o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipais, estaduais e federais, organismos internacionais e instituições financeiras, visando a execução da política municipal de desenvolvimento econômico.

Como funciona

Em sua composição e gestão, o CODEM tem algumas características fundamentais para seu bom desempenho:

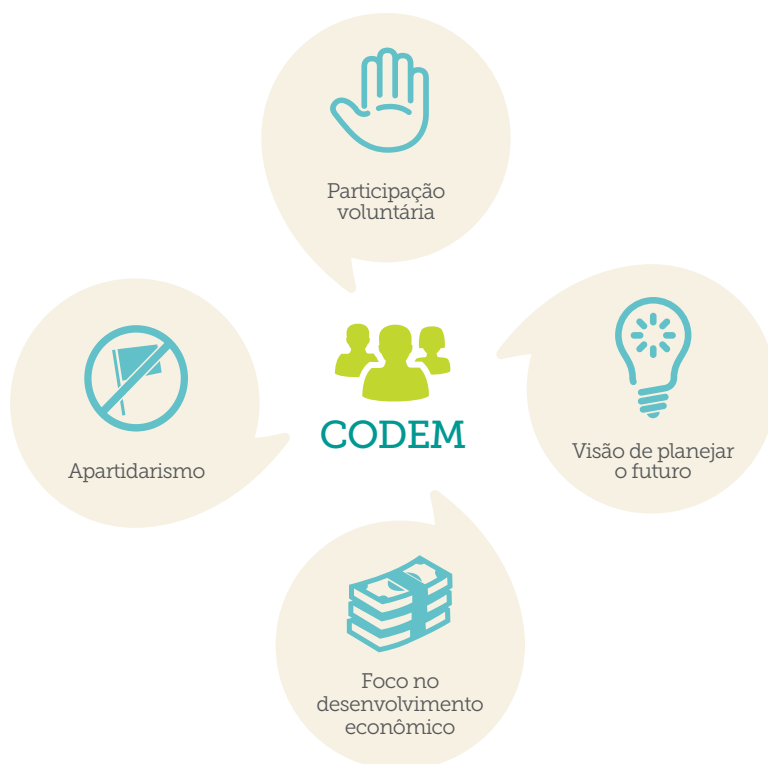
Participação voluntária de grande parte das pessoas que compõem a hierarquia do conselho.


Visão de planejar o futuro. Assim, sua natureza está em planejar e tecer alianças para executar, o que impede que o CODEM tenha qualquer confli-

to com o trabalho do poder público. aliás, ao contrário, os dois são complementares na gestão da cidade.

Apartidarismo. A ausência de ligação com partidos políticos é fundamental para garantir a legitimidade do conselho e preservar os interesses, desejos e demandas da sociedade civil.

E, por fim, o **foco no desenvolvimento econômico** define todos os projetos executados pelo CODEM.





Composição hierárquica e modelo de negócios

O CODEM possui quatro níveis de hierarquia:

Um Plenário com 22 membros:

- Prefeitura – 4 cadeiras
- Instituições de Ensino Superior (IES) - 1 cadeira
- Setor empresarial - 9 cadeiras
- Sindicatos Patronais - 4 cadeiras
- Sindicatos Laborais - 1 cadeira
- Setor Rural - 1 cadeira
- Profissionais Liberais - 2 cadeiras
- Total: 22 cadeiras.
- Reuniões mensais.

Uma diretoria eleita pelo

Plenário com 4 membros:

Presidente, Presidente de honra, Vice-Presidente e Secretário.

Reuniões semanais.

Câmaras Técnicas especializadas:

São criadas para representar interesses diversos da sociedade civil organizada. Algumas das Câmaras Técnicas em atividade são: Qualificação e Treinamento Profissional, Atração de Investimentos e Integração Tecnológica, Agricultura e Agroindústria, Construção Civil e Setor Imobiliário e Assuntos da Região Metropolitana de Maringá.

Secretaria Executiva secretário:

Executivo, diretor executivo, gerente executivo, gerente administrativo, assessor administrativo. a secretaria é a única a receber um salário fixo, provido pela prefeitura, e tem uma jornada de 40 horas semanais.

Para viabilizar o trabalho do CODEM, foi criado pela Lei Municipal nº4274/96 o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FMD), “destinado à captação e à aplicação de recursos, visando ao desenvolvimento econômico do Município de Maringá”. Os recursos do FMD são provenientes de três fontes: 2% da receita do município, doações e captações (que podem ser públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras). A criação desse fundo foi fundamental para viabilizar os projetos do CODEM.

Principais projetos

O projeto **Novo Centro** rebaixou da linha férrea de carga, revitalizando a via com novos espaços para a circulação das pessoas. Esse rebaixamento foi feito de forma estratégica, para deixar a cidade pronta para receber um metrô no futuro, quando viesse a ser necessário.

“ **Centro de Inovação de Maringá,**
uma entidade sem fins lucrativos
para impulsionar a inovação nas ins-
tituições de ensino, nas empresas
e nos órgãos governamentais. ”



O **Mater Plan** é um plano de desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental elaborado em 2012 para pensar estrategicamente a gestão da região metropolitana de Maringá. O plano foi tecido com a participação das prefeituras de Maringá e das cidades conurbadas, das Academias e Entidades de Classe. O processo foi orientado por alguns dos melhores

escritórios de urbanismo do mundo, como Foster And Partners, Erners & Young, Ghel Architects e Arup.

Criação do **Centro de Inovação de Maringá**, uma entidade sem fins lucrativos para impulsionar a inovação nas instituições de ensino, nas empresas e nos órgãos governamentais. Internacionalização do Aeroporto de Maringá.

Entidades parceiras

O bom funcionamento do CODEM depende não apenas do desempenho dos membros do conselho, mas de um **ecossistema de entidades** diversas alimentem a sociedade civil com informações, fomento à cultura e inovação e a própria segurança nos espaços públicos.

Entre as principais entidades parceiras do CODEM está o **Observatório Social de Maringá** foi formado pela sociedade civil para aumentar a

transparência na gestão dos recursos públicos. Já o Ingá é um instituto de fomento à cultura local que assessora estrategicamente empresas e produtores para conectar projetos culturais a possíveis patrocinadores. Graças ao instituto a cidade de Maringá conseguiu captar R\$ 2 milhões pela Lei Rouanet. E o Conselho Comunitário de Segurança de Maringá (**Conseg**) é uma organização criada para pensar a segurança não apenas como uma atribuição da polícia mas como a reconstrução de um ambiente comunitário.



Foto: Assessoria de Comunicação/PM

Maringá-PR, índices de desenvolvimento impressionantes.





O Futuro da Cidade:

Como criar um Conselho da Sociedade Civil Organizada



O Futuro da Cidade:

Como criar um Conselho da Sociedade Civil Organizada



Após quase duas décadas de funcionamento, o CODEM se mostrou um modelo que pode ser replicado em outras cidades do Brasil. É o que procura fazer o programa **O Futuro da Minha Cidade**, uma iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) com consultoria do ex-prefeito de Maringá Silvio Barros e da jornalista Natália Garcia, criadora do Cidades para Pessoas.

O objetivo d'**O Futuro da Minha Cidade**, é mobilizar a sociedade local

para ser protagonista e não refém do futuro em suas comunidades, criando soluções para a sustentabilidade urbana no sentido mais amplo da palavra. A ideia é sensibilizar as principais lideranças do município mostrando que é possível uma parceria entre a sociedade e a prefeitura de forma a assegurar que tanto o crescimento econômico da cidade quanto a melhoria de sua qualidade para as pessoas. O caminho para isso é a criação de um conselho da sociedade civil organizada aos moldes do CODEM.



Para que o programa possa ser implementado, são necessários alguns requisitos básicos:

- Interesse + Liderança + Compromisso do presidente do Sinduscon local.
- Capacidade de contrapartida.
- Apoio de outras lideranças da cidade.
- Entendimento e concordância do Prefeito sobre a ideia.
- Necessidade e/ou Oportunidade
- Interesse estratégico da CBIC na Replicabilidade

De todos os requisitos, o principal é ter um grupo de pessoas comprometidas com sua materialização.

São três as principais funções para as pessoas envolvidas no Programa **O Futuro da Minha Cidade**:

- **Indutores:** Representantes da organização que assume o papel de iniciar o programa e que é responsável por liderar a ação de sensibilização e mobilização de lideranças, O trabalho deve ser em conjunto com articuladores locais pois ajudam a decidir sobre aspectos-chave para sucesso do processo.
- **Participantes:** Formadores de opinião, lideranças comunitárias e empresariais, representantes de

associações de classe, instituições de ensino superior, organizações não-governamentais e poder público. Cidadãos que possam contribuir com o processo dedicando seus conhecimentos, habilidades e atitudes. Os participantes devem também ser partes interessadas, ou seja, que provavelmente serão afetadas pelo resultado de um eventual crescimento desordenado.

- **Facilitadores:** Indivíduos treinados para planejar, preparar e administrar o processo, mantendo-se neutro no conteúdo e sobre os resultados.

Importante - É fundamental compreender que cada cidade tem suas características peculiares, sua identidade cultural, vocações econômicas e potencialidades próprias que precisam ser respeitadas e incorporadas no desenvolvimento do projeto.

A história, a idade, a evolução populacional, o nível de organização social e de experiência com voluntariado são componentes extremamente importantes para que o êxito do projeto seja alcançado pois um programa deste tipo exige um certo grau de maturidade da sociedade organizada e será saudável avaliar isso antes de sua implementação.



Passo-a-Passo

O trabalho proposto se desenvolverá nas seguintes etapas:

1. Sensibilização
2. Mobilização
3. Institucionalização
4. Formalização
5. Legalização
6. Operacionalização
7. Planejamento de longo prazo

Antes de iniciar oficialmente o processo é muito importante uma arti-

culação com o prefeito, câmara de vereadores e principais entidades da sociedade organizada de forma a garantir que eles estejam bem informados sobre a idéia, visitas às principais lideranças da cidade e compartilhamento de material com relato de experiências similares são indispensáveis para esclarecimentos sobre o processo de articulação, participação e monitoramento do planejamento das ações municipais deixando claro onde se quer e onde é possível chegar.






1. Sensibilização

Identificar as entidades que serão parceiras do projeto e alinhar antecipadamente com os dirigentes o apoio para o momento da reunião.

A proposta é realizar um evento para introduzir o programa e convidar os participantes adotando no convite uma comunicação instigante e desafiadora. A divulgação deve abordar as perguntas-chaves que os participantes deverão responder durante o processo. Identificar um local adequado para receber a palestra de sensibilização que deverá ter estrutura de data show, sistema de som

com 2 microfones sem fio. Pode ser oferecido um coffee break. É recomendável ter à disposição o levantamento mais atualizado dos indicadores econômicos e sociais locais para embasar os encaminhamentos.

Nesta etapa o maior número possível de lideranças da comunidade escolhida, tanto públicas quanto da iniciativa privada deverão ser expostas ao vídeo da CBIC, sendo feita em seguida a apresentação do case Maringá mostrando que é possível e desejável a implementação de um programa de planejamento estratégico de longo prazo orientado pela sociedade



organizada. Além deste case as experiências trazidas pela jornalista Natalia Garcia mostrarão exemplos de transformações possíveis em estruturas das cidades para que desde já possam proporcionar melhor qualidade de vida para seus moradores. Nesta etapa, o objetivo é estimular os ouvintes para tomarem a decisão de ir adiante com o projeto e definir quem serão as lideranças encarregadas de dar os próximos passos.

Encaminhar os convites (sugestão de texto abaixo) para representantes de entidades de classe, empresariais, clubes de serviço, entidades religiosas (curia diocesana e ordem dos pastores se houver), instituições de ensino superior, conselhos profissionais tipo OAB, CREA, CRM, etc, sindicatos patronais e trabalhistas, entidade representativa das associações de moradores, vereadores e administração municipal. Alguns empre-

sários emblemáticos da cidade com histórico de apoiar e colaborar com causas coletivas também devem ser convidados mesmo que não estejam integrando entidades.

A imprensa local deve ser convidada com ênfase especial mediante o apelo de que pode estar acontecendo um fato histórico na vida da cidade. O envolvimento dos meios de comunicação deve ser permanente durante todo o processo.

Preparar uma lista (só uma página é suficiente) com o Título “Apaixonados” contendo os mesmos dados da lista de presença acrescido apenas de um espaço para dia da semana. Esta lista será usada no final da reunião para ver quem participará dos próximos passos e na coluna “dia da Semana” eles vão assinalar o dia que seria mais adequado para fazer as próximas reuniões.

“ O envolvimento dos meios de comunicação deve ser permanente durante todo o processo. ”



2. Mobilização

Esta etapa parte da lista de “apaixonados” decorrente da palestra de Sensibilização.

O objetivo é organizar as instituições da sociedade civil que assumirão o compromisso de implementar o projeto. Serão dadas as explicações sobre a metodologia a ser utilizada para que o papel de representantes da comunidade seja bem compreendido e a responsabilidade de contratação dos próximos serviços seja definida. Este grupo deverá ser identificado como legítimos representantes de uma significativa parte da população ou pelo menos dos principais formadores de opinião. Com o propósito de motivar a participação e o envolvimento das pessoas, cabe um trabalho conjunto de levantamento das potencialidades, dos principais problemas ou obstáculos e dos projetos de futuro.

Envolvimento da prefeitura e secretariado deve acontecer em algum momento do processo de mobilização. É fundamental uma reunião de trabalho do consultor com o prefeito e sua equipe de governo no sentido de disseminar o conceito e explicar com clareza os objetivos e o funcionamento.

3. Institucionalização

Uma vez mobilizadas as forças da comunidade, é preciso institucionalizar o movimento dando-lhe um formato, um nome e trabalhando sua estruturação operacional e sustentabilidade financeira de forma a custear todas as etapas.

Estabelecimento de um Grupo Coordenador composto pelas lideranças do processo bem como seja solicitado à Prefeitura que indique um interlocutor para acompanhar e participar como observador do processo;

Levantamento de custos e responsabilidades forma de participação – A efetiva implantação do projeto na cidade terá custos e implicará em responsabilidades que devem ser quantificados e distribuídos entre os envolvidos bem como as formas de contribuição, arrecadação, organização das reuniões, etc.

Realização de reuniões quinzenais com os interessados no processo de constituição do Conselho, bem como eventos mais amplo para apresentação da proposta a um grupo maior de potenciais envolvidos no conselho após sua constituição. O objetivo é alcançar a legitimidade da representação.

4. Formalização

Com o modelo institucional definido, o próximo passo é a formalização com elaboração de estatutos e regimento interno que assegurem sua legitimidade e representatividade bem como suas funções de maneira que não sejam conflitantes com outras instituições já existentes na comunidade. Na construção do modelo formal é apropriada a identificação das câmaras técnicas permanentes e temporárias bem como sua composição e funcionamento.

5. Legalização


Esta etapa é opcional. Não existe obrigatoriedade de uma lei para for-

malizar a instituição do Conselho de Desenvolvimento da cidade, porém na maioria dos casos é conveniente este processo para que tanto o poder legislativo quanto o executivo respaldem a iniciativa e proporcionem uma certa perenidade ao mecanismo proposto de forma que para extingui-lo seria necessária a aprovação de outra lei na Câmara de Vereadores. É a legalização também que possibilitará a parceria com o poder público e a viabilização de recursos humanos e até financeiros para o seu perfeito funcionamento.

6. Operacionalização

Nesta etapa se definem os gestores do Conselho através de eleição se-





“ O objetivo aqui é fazer da cidade um lugar para viver e não apenas para morar. ”

gundo as normas estatutárias, define-se o calendário de reuniões para o exercício e também o orçamento operacional com suas diferentes fontes de receita. Neste momento é feita a distribuição de responsabilidades e fica definida também a participação do poder público no processo bem como o *modus operandi* das câmaras técnicas permanentes e temporárias.

O cronograma das Reuniões plenárias deverá ser debatido e definido identificado-se sua regularidade e operacionalidade de maneira que sejam sempre atrativos e estimulantes não apenas para quem já está envolvido mas também para buscar o envolvimento de novos atores e aderentes.

7. Planejamento de longo prazo

O Planejamento estratégico de longo prazo é a última etapa e deve

ser implementada de forma muito profissional com a contratação de um moderador experiente que possa identificar as contribuições e colocar clara e objetivamente o rumo que a sociedade pretende dar ao futuro da cidade. Este planejamento não precisa de nem deve ser detalhado muito menos apresentar projetos executivos, isso ficará dentro da autonomia do gestor municipal, porem deve conter o suficiente para orientar a elaboração do termo de referência para a contratação de cada um dos componentes no momento oportuno.

Ideias criativas e transformadoras que motivam a participação são muito relevantes e a consultoria da Natalia Garcia irá identificar oportunidades e projetos que podem tornar a cidade mais humanizada e mais adequada às pessoas que nela vivem. O objetivo aqui é fazer da cidade um lugar para viver e não apenas para morar.

Dicas para cidades prestes a iniciar o processo



O conselho só dará certo se for pensado para o benefício coletivo e democrático dos cidadãos e se não tiver ligação partidária com a política.

A escolha dos locais de reunião para a criação do conselho é fundamental: todos precisam se sentir convidados a participar desse processo.



É fundamental que o conselho esteja cercado de um ecossistema de entidades que trabalhem pelo bem da cidade. Um dos papéis mais importantes é o de observatório dos gastos e da gestão pública para garantir transparência nas decisões tomadas na cidade.

Acompanhamento e Avaliação

Recomenda-se que todas as reuniões em todas as etapas sejam devidamente registradas com listas de presença legíveis pelo menos com data, nome, entidade e contatos dos participantes. Havendo possibilidade seria apropriado gravar as reuniões e fotografá-las para que possam estes arquivos fazer parte da história e dirimir dúvidas que fatalmente irão surgir no decorrer do processo.

O ambiente das reuniões deve ser agradável e acolhedor além de propiciar aos participantes a vontade de fazer parte do programa, desejo de preparar o futuro.

Para cada sessão do programa **O Futuro da Minha Cidade** as seguintes informações devem ser apresentadas para todos:

- Ata da reunião anterior.
- As instruções básicas de processo.
- Materiais informativos relacionados.
- A(s) pergunta(s) a ser(em) abordada(s).
- Uma explicação de onde e quando a compilação dos resultados completos estarão acessíveis.
- Indicação da organização âncora do processo, com nome e detalhes da pessoa de contato.

- Apresentação do(a) facilitador(a) oficial e detalhes de contato.

Alguns pontos-chave para se avaliar uma sessão do programa **O Futuro da Minha Cidade** são:

- Quem participou? Eles adequadamente representam o grupo a ser consultado.
- Que informação foi fornecida para os participantes? A informação foi precisa e imparcial? Será que os participantes entenderam isso?
- O tempo dedicado para discussão e sugestão foi suficiente?
- As intervenções da plenária foram satisfatórias?
- Os participantes, indutores e partes interessadas demonstraram-se satisfeitos com o processo?

As respostas a esses tipos de perguntas podem ser úteis para inclusão em relatórios para organização e observadores críticos do processo.

Fica entendido que para o sucesso do processo de constituição e implantação do Conselho em referência, por ser fundamentalmente uma ação associativa, depende da participação intensa e proativa das lideranças e interessados diretos, não só para o alcance das metas propostas, mas principalmente para a criação de uma unidade associativa forte capaz de produzir os resultados almejados.





Cidades que

receberam o evento

Em seu primeiro ano, o programa O Futuro da Minha Cidade já levou seu evento de sensibilização para quatro cidades do país. Conheça de perto a realidade de cada uma delas e as peculiaridades no processo de criação do conselho da sociedade civil organizada em cada uma delas.

Joinville - SC



22 de abril de 2014



250 pessoas



54 líderes "apaixonados"





Feriado em Joinville

O evento de sensibilização do programa O Futuro da Minha Cidade em Joinville aconteceu no dia 22 de abril de 2014. As palestras do evento foram preparadas com base em uma exploração prévia da cidade, que aconteceu nos dias 20 e 21, respectivamente um domingo e um feriado. Joinville é uma ótima cidade para passear. O clima é ameno, boa parte das calçadas é segura e o caminho é pontuado por praças e parques, cheios de bancos para sentar e apreciar a vista. O DNA da colonização alemã está gravado no tecido das ruas e avenidas da cidade, pois há uma organização, uma lógica na maneira de circular por Joinville. A cidade também dá suporte a diversos meios de transporte – ciclistas descendo a avenida Dr. Albano Schulz garantem que é seguro pedalar por ali, além de agradável apreciar a beira do rio. Entretanto, mesmo com tantas qualidades, nos deparamos com uma cidade praticamente vazia tanto no domingo quanto no feriado. Como é que se explica o fato de Joinville não ter um uso efervescente de toda essa infraestrutura diversa e agradável nos domingos e feriados?

Há uma analogia comum no urbanismo que compara a cidade a um computador e pode ajudar a entender essa questão. O funcionamento do computador depende da combinação entre hardware e software. Hardware é o computador físico, onde rodam os programas ou softwares. Da mesma maneira, a cidade possui uma estrutura física, um hardware, que permite uma série de usos possíveis, os softwares. De acordo com o urbanista dinamarquês Jan Gehl, há três tipos de softwares na cidade: os obrigatórios, os opcionais e os sociais. Os softwares obrigatórios são os usos que precisamos fazer da cidade, como ir ao trabalho, levar os filhos na escola, fazer compras, etc. Os opcionais são aqueles que escolhemos fazer, um passeio, uma corrida na rua, um descanso no banco da praça no final do dia, assim por diante. Já os softwares sociais são os encontros que temos com outras pessoas, conhecidas ou não, pela cidade. Com base nessa classificação, Gehl afirma que a qualidade dos espaços públicos de uma cidade é diretamente proporcional aos usos opcionais e sociais que se fazem dela.

Talvez desenhe-se aí um desafio para Joinville: a criação de novos softwares para ativar o hardware da cidade. Esse desafio foi reconhecido por boa parte das pessoas que estavam presentes no eventos de sensibilização que deu o start no programa O Futuro da Minha Cidade. À frente desse processo, o Sinduscon ainda procura pela oportunidade de ativar os 54 líderes apaixonados em um processo de criação de um conselho da sociedade civil engajada. O desafio está aberto.

Os jardins invisíveis de Goiânia

Das cidades que já receberam o programa O Futuro da Minha Cidade, Goiânia é a única que foi planejada. Mas a ideia que inspirou o projeto original de Goiânia acabou se perdendo ao longo do tempo. No evento de sensibilização, procuramos resgatar essa história para compreender melhor o DNA da cidade.

Goiânia foi planejada em 1933 para ser capital de Goyaz (naquela época a grafia era diferente). A cidade teve um primeiro plano feito por Armando de Godoy, que foi revistado pelo urbanista Atilio Corrêa Lima. O projeto de Goiânia foi inspirado nas ideias do urbanista inglês Ebenezer Howard, que imaginava que as cidades como células autosuficientes, urbanas e rurais ao mesmo tempo. Sua fórmula para essas cidades-jardim era simples: pequenas vilas para até 35 mil habitantes cercadas de verde, de onde viriam os alimentos para abastecê-la.

O setor-sul da cidade foi desenhado aos moldes da cidade-jardim. O coração desse bairro seria uma via pública verde com jardins para as pessoas caminharem a pé. Nos fundos das casas ficaram as garagens para os carros, que circulariam por pequenos becos conectados às avenidas maiores. Ocorre que, no processo de construção da cidade, esse plano foi – literalmente – virado do avesso. As casas acabaram sendo construídas de frente para os becos e de costas para os jardins. Hoje, na prática, temos pequenas ruas na frente das casas e praças verdes vazias nos fundos.

No debate do evento de sensibilização do programa O Futuro da Minha Cidade discutimos sobre como é importante engajar a população local em um projeto coletivo de uma cidade melhor para todos para que ele aconteça na prática. Os 58 líderes apaixonados já estão trabalhando na criação na criação de seu conselho da sociedade civil organizada. As etapas de mobilização e institucionalização já foram compridas pelo Sinduscon. Os envolvidos agora estão trabalhando na criação das câmaras técnicas especializadas para, então, atingir a etapa de formalização. Por enquanto, as câmaras técnicas em fase de definição são Desenvolvimento Econômico, Região Metropolitana, Educação e Meio Ambiente. É a partir dessas demandas que a sociedade civil organizada de Goiânia deve orientar o crescimento da cidade nos próximos anos. Estamos acompanhando.



Goiânia - GO

13 de maio de 2014



240 pessoas



58 líderes "apaixonados"



Porto Velho - RO



3 de junho de 2014



180 pessoas



52 líderes "apaixonados"





Porto Velho, reaprender a olhar o rio

Quando recebeu o evento O Futuro da Minha Cidade, Porto Velho ainda se recuperava de uma enchente do rio Madeira que deixou a cidade submersa por várias semanas. A cheia histórica da bacia hidrográfica em que Porto Velho está inserida se fez sentir em diversas outras cidades da América Latina. Um desafio comum à urbanização: manter boa relação com as águas que banham a cidade.

Trata-se de um desafio global, afinal, toda cidade tem seu rio. Isso por um motivo muito simples: as pessoas precisam de água para existir. É assim com Londres, Paris, Copenhague, São Paulo e Porto Velho. Com a diferença de que, dentre essas, Porto Velho é a única que ainda exhibe um caudaloso rio que teve muito pouco de seu curso alterado por obras humanas – uma raridade urbana. E é ao longo desse raro recurso, o rio Madeira, que fincaram raízes culturais os beradeiros, os moradores da beira do rio, personagens da cultura tradicional de Porto Velho. Mas os beradeiros não são os únicos a considerar que o rio Madeira é a maior oportunidade da cidade. Também os principais representantes do setor privado sabem que a região portuária e a Usina Hidrelétrica Santo Antônio têm enorme importância no desenvolvimento econômico da região – e ambos têm relação direta com o rio.

O desafio está em aproveitar essa oportunidade econômica, cultural e ambiental que é o rio Madeira sem que ele se torne um problema para a cidade, em cheias semelhantes à de 2013. Qual a melhor maneira de fazer isso? Uma das vertentes que pode ser um caminho interessante para Porto Velho é a do urbanismo ecológico. Trata-se de um modelo de urbanismo que tenta reproduzir, na escala da cidade, a tecnologia construtiva existente nos sistemas complexos da natureza. Poucas cidades têm uma oportunidade como o rio Madeira para testar esse conceito.

O Sinduscon e a Fiero seguem articulados para ativar os 52 líderes apaixonados de Porto Velho. A documentação necessária para as próximas etapas está em andamento. Que as águas rolem e tragam boas ideias e boas parcerias.

São Gonçalo do Amarante, crescimento e oportunidades

O acesso das pessoas às oportunidades (em especial de trabalho e estudos) é a síntese da equação de uma cidade. Nesse sentido, a cidade de São Gonçalo do Amarante, a quarta a receber o evento O Futuro da Minha Cidade, é um case interessante de ser estudado. Trata-se de um pequeno município (45 mil moradores) que pertence à região metropolitana de Fortaleza e concentra muitas oportunidades. Em especial por conta da Companhia Siderúrgica do Pecém e o Terminal Portuário do Pecém.

Uma cidade com muitas oportunidades – como a ampla oferta de empregos gerada pela indústria – é um ímã de pessoas. E é precisamente aí que se encontra o desafio de São Gonçalo do Amarante: organizar esse crescimento que deve acontecer em grande velocidade ao longo dos próximos anos. De acordo com o urbanista francês Henry Lefebvre, há uma regra que determina o desenho de uma cidade: as funções definem as formas, que definem as estruturas. Em outras palavras: a maneira como as pessoas usam uma cidade (as funções), define sua forma e suas estruturas. Nesse sentido, a abundância de oportunidades em São Gonçalo do Amarante poderia levar a um crescimento rápido e desordenado, formando estruturas sem uma lógica inteligente de circulação e sem preservar o bem-estar das pessoas.

A maneira de evitar um processo assim é planejar esse crescimento que certamente vai acontecer na cidade. E esse planejamento deve ser feito de maneira a preservar a Escala Humana. Conceito defendido pelo urbanista dinamarquês Jan Gehl em seu livro *Cities for People*, a Escala Humana é a escala feita para preservar uma experiência agradável às pessoas que circulam em qualquer meio de transporte – inclusive a pé. Uma cidade que respeita a Escala Humana tem dimensões feitas para serem ocupadas, percorridas e apreciadas nas dimensões humanas.

É possível que esteja aí o maior desafio de São Gonçalo do Amarante: crescer de maneira a preservar o bem estar de seus cidadãos. Ao mesmo tempo, manter uma relação saudável com os demais municípios da região metropolitana de Fortaleza. É com esse desafio nas mãos que o Sinduscon procura o momento ideal para ativar os 44 apaixonados e dar os próximos passos no programa O Futuro da Minha Cidade.

São Gonçalo do Amarante - CE



15 de junho de 2014

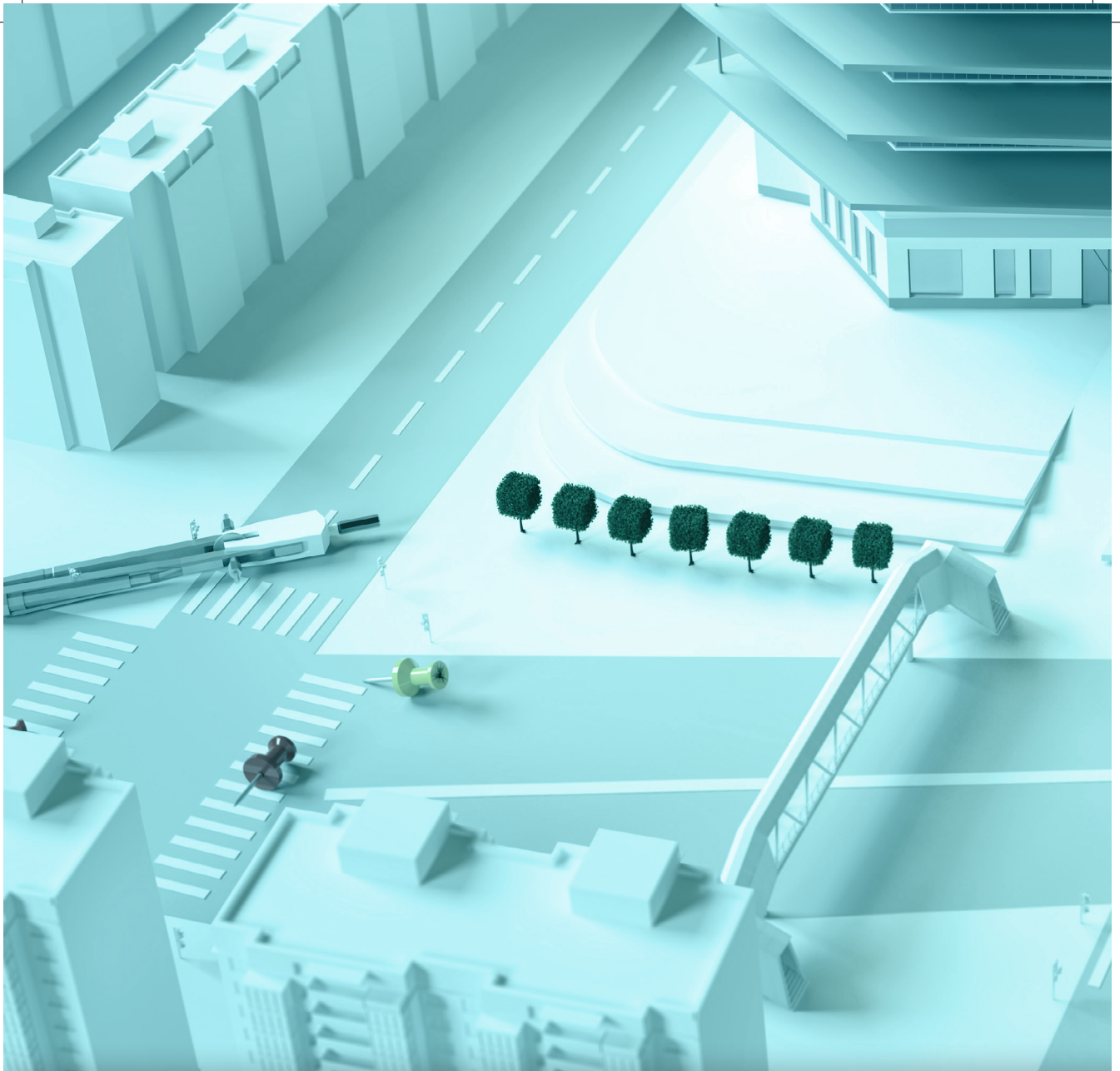


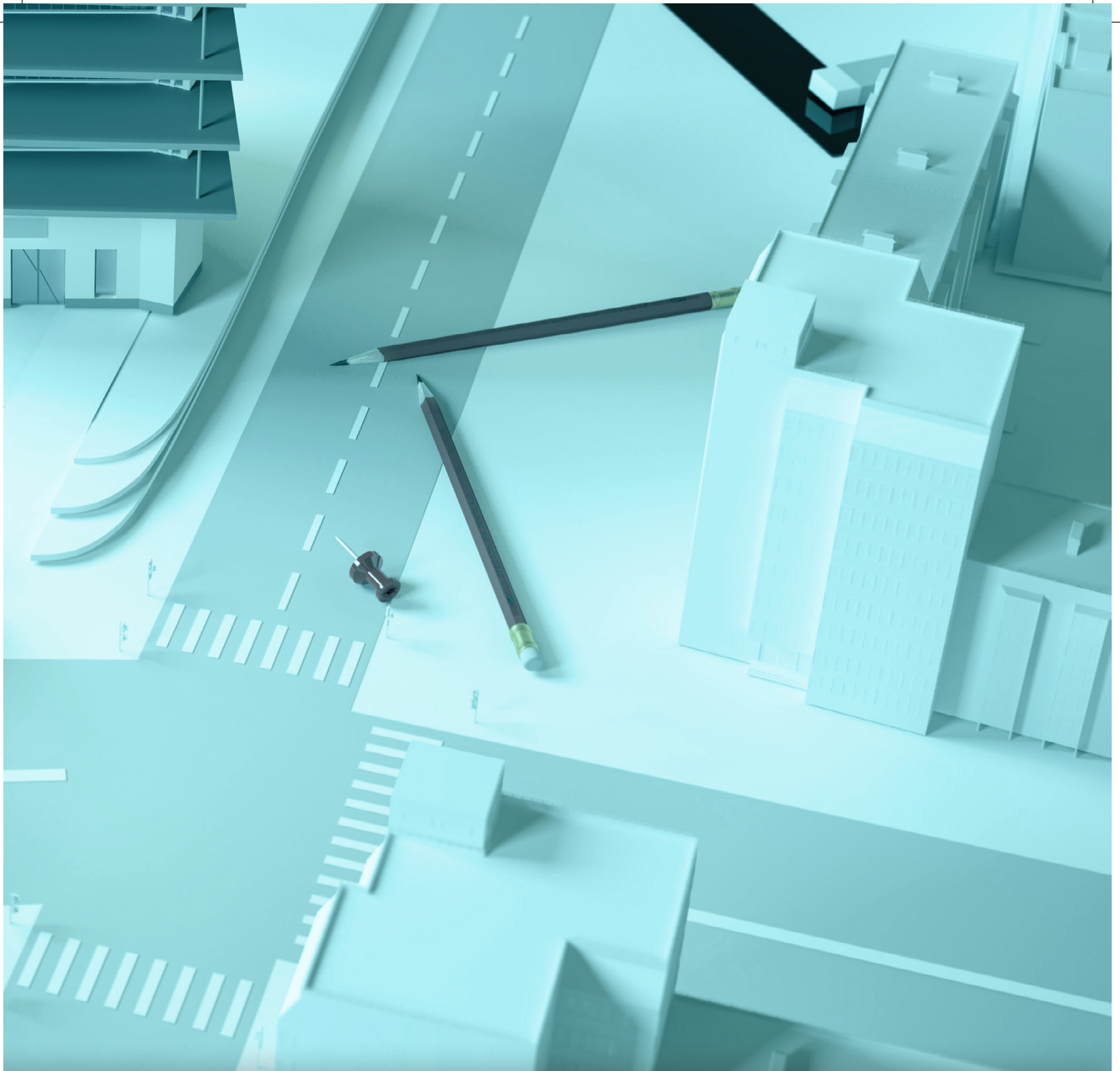
150 pessoas



44 líderes "apaixonados"







Modelos

Inspiradores


Modelos

Inspiradores



O Instituto de Sustentabilidade de Portland (PoSI) foi criado em 2010 com o objetivo de conectar a sociedade civil, a academia e o poder público para o desenvolvimento sustentável de 5 bairros estratégicos na cidade, os chamados EcoDistricts. Nas palavras do diretor do Instituto Rob Bennett, eles “conectam os ‘queros’, ‘tenhos’

e ‘possos’ para transformar desejos em projetos coletivos”. Entre os projetos viabilizados pelas conexões do instituto estão a criação de uma ponte para pedestres no distrito South WaterFront, e a criação do projeto Grey to Green, que transforma infraestrutura cinza (concreto e asfalto) em verde (concreto permeável e canteiros



“ (A sociedade civil, a academia e o poder público) conectam os ‘queros’, ‘tenhos’ e ‘possos’ para transformar desejos em projetos coletivos. ”

Rob Bennett

Diretor do Instituto de Sustentabilidade de Portland (PoSI)

com plantas). Como em Portland chove muito, a água que corria por cima do asfalto chegava muito poluída ao rio Willamette, que corta a cidade. Agora, com estruturas permeáveis, a água se infiltra aos poucos no solo e chega muito mais pura aos lençóis freáticos. Era só isso que faltava para que o processo de despoluição das águas do Willamette, que começou há 30 anos, chegasse a um

nível em que as pessoas pudessem nadar no rio novamente. Foi a criação desse sistema onde ideias podem ser testadas que permitiu que as pessoas possam agora nadar no rio durante o verão. O PoSI é uma entidade sem fins lucrativos que recebe parte de seu financiamento da prefeitura da cidade e parte nas captações e doações de empresas que participem dos projetos orquestrados pelo instituto.

CBIC

CBIC

www.cbic.org.br

Patrocínio nacional



Apoio

